

13 de Fevereiro de 2023

Exmo. Senhor Presidente da República

Sou Professora e integrei o Quadro do Ministério da Educação em 2021. Sou Professora de QZP. Nesse ano, segundo os normativos legais, pela primeira vez, fomos **obrigados** a concorrer a todos os QZP sob pena de não nos ser permitido celebrar contrato no ano seguinte.

Comecei a lecionar em 2008 e em Setembro de 2021, depois de integrar o Quadro, concorri à Mobilidade Interna e fiquei colocada, pela primeira vez, numa escola que me permite estar em casa, com a minha família, todos os dias. Corri muitas escolas do país, incluindo na Região Autónoma dos Açores, com a motivação de acumular tempo de serviço suficiente para conseguir cumprir os 3 contratos anuais, completos, sem interrupção e assim vincular pela Norma Travão. Sim, concorri todos esses anos para lugares onde não tinha a minha vida, nem a minha família. Os 2 últimos anos desse percurso foram especialmente dolorosos por ter uma filha que só via ao fim de semana. Muitos dirão que concorri de minha livre vontade, ao que eu respondo que sim, é verdade, concorri de livre vontade, mas com uma motivação. A motivação, o objetivo era conseguir alguma estabilidade antes de a minha filha ingressar no 1º ciclo. Pensei que tinha conseguido, pois a pequena está no Pré-escolar, prevê-se Concurso Interno em 2024 (precisamente o ano em que a Maria vai ingressar no 1º Ciclo) e eu tinha bastante esperança de conseguir mudar para o Quadro de Zona da minha residência, ou quem sabe até vincular num Quadro de Escola/Agrupamento. (O desejo de melhorar a vida profissional e, por conseguinte, a vida pessoal e familiar é comum a todos os trabalhadores, independentemente, da profissão que exercem.) A minha esperança aumentou à medida que o Senhor Ministro da Educação foi anunciando que pretende aumentar a estabilidade das escolas, dos alunos e dos professores e para cumprir esse objetivo promete abrir vagas em Quadro de Escola/Agrupamento em número igual às reais necessidades. Ainda no dia 18 de Janeiro, na Conferência de Imprensa dada pelo Senhor Ministro da Educação, o mesmo dizia que em 2024 haveria um grande concurso e que TODOS os Professores de Quadro iam poder concorrer a TODAS as vagas, ordenados por graduação profissional. Quando no mesmo dia, tomei conhecimento da Proposta do Ministério da Educação para as Reuniões Negociais com os Sindicatos

senti um murro no estômago. Senhor Presidente da República, peço que leia comigo esse documento e que me ajude a aclarar as ideias. No ponto 4 refere-se “Eliminar os fatores de injustiça, designadamente, ultrapassagens nas preferências por lugares de colocação disponíveis na mobilidade interna e em lugares de QZP exclusivamente disponíveis para o concurso externo.” No ponto 7 pode ler-se “Todas as vagas de QA/QE sobrantes do concurso interno ficam disponíveis para preenchimento em sede de concurso externo, em função das preferências manifestadas e da graduação profissional.” Até aqui tudo parecia certo. Esperança, muita esperança. Iria conseguir reforçar a minha estabilidade, a da minha família e a da escola que me calhar em sorte. O problema reside nos pontos 8.1 e 8.2. “8.1. A transição dos docentes dos atuais para os novos QZP será efetuada, dos atuais QZP de provimento para as suas subdivisões, através de processo concursal, a efetuar pela DGAE, com base nas preferências manifestadas e na graduação profissional.” Senhor Presidente “para as suas subdivisões”?? Isto é apenas uma imprecisão de escrita ou um professor de QZP pode apenas manifestar preferência para os novos QZP’s que resultarem da subdivisão do seu QZP de origem?? É a isto que se referem quando falam em “acabar com os Professores de casa às costas”? O meu QZP de origem não é o QZP onde me encontro a lecionar (colocada em horário completo em Agosto de 2021, na Mobilidade Interna). O QZP onde me encontro a lecionar é o da minha residência e a Escola, de que muito gosto, fica a 22 km da minha residência, o que para mim é “ao lado”, contudo, tenho escolas que me ficam bem mais perto de casa e já pertencem a outro QZP, que não o de residência. O que lhe estou a tentar dizer é que estando ou não afeto ao QZP da área de residência, os professores se forem obrigados a concorrer apenas ao novos QZP’s que resultarem da subdivisão dos atuais QZP’s vão continuar a largos kms das suas residências, não se vai resolver o problema dos “Professores com a casa às costas”, antes pelo contrário vamos criar novas situações de “Professores com a casa às costas”. Deixe-me só pegar numa ideia do nosso Primeiro Ministro sobre a temática da casa às costas. O Senhor António Costa tem referido que não há Professores que estão felizes numa determinada escola, que a Escola nutre o mesmo sentimento para com esses Professores e não é justo quebrar esse ciclo, obrigando as pessoas a ir a concurso de “x em x” tempo. Acredite que sou imensamente feliz na Escola onde me encontro a lecionar, que tenho a melhor relação com os meus alunos, com os meus colegas e com os membros da Direção. Asseguro que se me disserem que esta é a minha Escola até ao final da minha carreira, fico profundamente feliz! Reitero que ao impedir os Professores

que já se encontram, neste momento, integrados no Quadro, de concorrer livremente neste processo de transição de QZP, vai criar muitas situações de Professores infelizes por ficarem colocados longe das suas famílias.

Ministério da Educação e Sindicatos voltaram a sentar-se à mesa de negociações no dia 2 de Fevereiro e a esperança em ver alguns dos muitos problemas resolvidos renasceu, mas desvaneceu pouco tempo depois. Vamos por partes.

A questão da transição para os novos QZP's. Pode ler-se no ponto 2 do Acordo de Princípios para a revisão do regime de recrutamento e gestão de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, "o redimensionamento dos atuais QZP exige a fixação de regras de transição. As regras de transição serão inscritas em normas transitórias do novo Decreto-Lei. A transição dos docentes dos atuais para os novos QZP será efetuada dos atuais QZP de provimento para as suas subdivisões, (...) os docentes manifestam preferência para todos os QZP constituídos dentro dos limites geográficos do QZP a que se encontram vinculados." Este ponto está a causar grande desconforto e a sua resolução amigável não depende de dinheiro. Note-se, que não são conhecidas as normas transitórias. Os professores vão assinar um acordo em que está escrito que as normas ainda serão escritas, sem discussão/negociação prévia? Isto é a mesma coisa que assinar um cheque em branco. É esta uma prova de boa-fé do Ministério da Educação? Os Professores estão a ser intransigentes? Porquê? Porque não assinam acordos enquanto não lhes for dito o que estão a assinar? É preciso esclarecer muito bem estas normas. Fica para mim, ainda, claro que os professores atualmente integrados em QZP não podem concorrer para um novo QZP fora do seu QZP de origem, o que vai originar novas situações de professores de casa às costas, não resolve o problema daqueles que estão neste momento com a casa às costas e criar problemas de ultrapassagem e injustiças, aumentando a tensão entre Professores e Ministério da Educação e/ou Governo. O descontentamento aumenta quando a proposta para integração dos 10500 Professores ainda contratados refere que vão vincular provisoriamente ao QZP onde se encontram, neste ano letivo, a exercer funções e em 2024 para fixar QZP serão obrigados a concorrer a esse QZP e a mais 3. No total concorrem apenas a 4 novos QZP's, mas o QZP 1, por exemplo, subdivide-se em 11 novos QZP's e os Professores já integrados nesse QZP são obrigados a concorrer aos novos 11. Acrescento, que os Professores que vão agora ocupar as 10500 vagas, concorrem a 4 QZP's, à sua vontade, segundo aquilo que está escrito, neste momento, já

um Professor integrado há mais anos, residente, por exemplo, no concelho de Vila Nova de Gaia e afeto ao QZP 1, na transição está impedido de concorrer ao novo QZP que engloba os Concelhos de Santa Maria da Feira e Espinho, que lhe é muito mais próximo (são concelhos vizinhos) do que os novo QZP que engloba o Concelho de Monção ou Arcos de Valdevez. Outra questão, estamos a partir do princípio que os Professores ainda contratados, se encontram a lecionar em escolas perto da sua residência, o que não corresponde à verdade em muitos casos. Como resolver esta situação? Há uma solução, sem qualquer gasto de dinheiro para o Governo, que será um grande sinal de boa-fé para os Professores e para as Escolas. Porque não permitir aos professores de QZP, colocados por Mobilidade Interna, ficarem afetos ao “novo QZP” a que pertence a escola onde estão a lecionar este ano letivo, concorrendo no próximo ano letivo a esse QZP e a mais 4, à sua escolha, para fixar definitivamente QZP? Repare, estão vinculados há mais tempo, logo são mais graduados ou trabalharam longe de casa, durante anos a fio, como é o meu caso, dando muito de si ao “Futuro da Nação”, o que lhes permitiu reunir condições para a vinculação um pouco mais cedo. Qual o impacto financeiro desta medida? ZERO, Senhor Presidente, mas acalmava muito o caos que se vive atualmente nas escolas, ao qual os Professores estão ansiosos para colocar um ponto final. Mas, claro está, não vão fazê-lo sem medidas concretas que lhes garantam o aumento da sua estabilidade profissional e familiar. Acrescento ainda que (imediatamente) depois desta situação de vinculação definitiva em QZP, é necessário um Concurso Interno, em que TODOS os Professores QZP e/ou QA/QE possam concorrer a todas as vagas que venham a surgir, ordenados pela graduação e pela ordem que bem entenderem, isto é, podem concorrer a vagas de QA/QE fora do seu QZP de origem ou até mudar de QZP, desde que haja vaga. Senhor Presidente, subentende-se que vai haver Concurso Interno em 2024, mas ninguém sabe ao certo com que condicionantes para quem já está integrado na Carreira ou para quem a vier a integrar. É preciso garantir a abertura desse concurso para 2024 e que o mesmo se repete, no máximo, a cada 4 anos e é preciso garantir por escrito aquilo que explicitiei nas linhas acima. Este seria outro sinal de boa-fé, por parte do Ministério da Educação e/ou Governo que acalmaria o clamor dos Professores. Estou no terreno e muitos colegas ainda Contratados, dizem que com as atuais condições não querem integrar o Quadro porque vão vincular provisoriamente e não sabem onde vincularão definitivamente, porque uma vez integrados no Quadro são obrigados a aceitar a colocação que lhes calhar em sorte, sem possibilidade de denunciar o contrato. Repito, Senhor Presidente, a

clarificação destes pontos, seguindo uma lógica que acabe com as ultrapassagens e injustiças, não mexem com o Orçamento/Contas Públicas e mesmo para aqueles que ficarem em pior condição de colocação é necessário garantir que se mantém a Mobilidade Interna anualmente, dando a possibilidade a estes de, caso surja vaga, obterem uma colocação mais vantajosa. Professor bem colocado é sinónimo de Professor feliz e isso reflete-se positivamente nos Alunos e na Escola. Uma das inverdades que tem circulado é que a nossa luta se centra apenas em questões salariais. A questão salarial/Tempo de Serviço/Quotas é uma reivindicação, mas não é a única e talvez não seja a que nos uniu desta forma inédita, é bom que se diga.

Outra questão que está a causar grande contestação relaciona-se com o que está escrito no ponto 9 do mesmo Acordo de Princípios, que diz respeito à gestão dos recursos humanos docentes. Pode ler-se nesse ponto que a “gestão da componente letiva dos docentes de carreira com insuficiência de tempos letivos (DACL), dentro dos limites geográficos dos novos QZP, com possibilidade de complemento dos horários incompletos, através do lançamento de ofertas agregadas de mais do que um AE/EnA.” Como se vão deslocar os Professores?? Na sua viatura pessoal? É legal e mais do que legal, pergunto se é eticamente correto obrigar um qualquer cidadão a utilizar os seus bens pessoais em prol dos interesses da entidade empregadora. Essa imoralidade, essa falta de ética é ainda mais grave quando o promotor de tal atrocidade é o Governo. Como vão os Professores ser compensados? O combustível está caro, mas um automóvel não gasta só combustível. Gasta pneus, gasta revisões a cada “x” kms... Não me lembro de ser requisito obrigatório para ser Professor ter carta de condução e carro. E a possibilidade de existir carro, mas de qualidade insuficiente para tal situação, já a colocaram? O meu carro tem 18 anos. Ora bem, ir para a minha atual escola e regressar, são 44 kms diários. Se tiver de me deslocar a outra escola a 50 kms dessa, ir e regressar são mais 100 kms diários. Asseguro que a viatura não está em condições de saúde para aguentar 144 kms diários. Acresce que para minimizar as despesas, muitos professores partilham boleias ou utilizam transportes públicos. Também já tive o gosto de conhecer quem se desloque de bicicleta. Todas estas opções são incentivadas a nível mundial, por países de muito elevado desenvolvimento humano, numa tentativa de proteger o ambiente e em Portugal também. Será que a partir de agora, os Professores portugueses estão expressamente proibidos de tais práticas por necessitarem das suas viaturas pessoais para satisfazer as necessidades da sua entidade patronal? Senhor Presidente

toda esta trapalhada, muito injusta, que não deixa de fora nenhum Professor, ganha maior destaque quando estamos no rescaldo de uma polémica por causa de 75 BMW, se a memória não me falha, cuja compra esteve apalavrada para que uns tantos cidadãos de primeira categoria, ao serviço de uma empresa pública, a TAP, se deslocassem de casa para o trabalho. Para estas viaturas havia dinheiro e não eram carros de marca modesta. Entretanto, depois de muito alvoroço, esta medida caiu por terra e os mesmos cidadãos portugueses de primeira categoria passaram a auferir de um suplemento de 450 euros para se deslocarem de casa para o trabalho. Recentemente, nova polémica envolveu outra cidadã de primeira categoria, trabalhadora do Ministério da Agricultura e Alimentação, que usava indevidamente uma viatura de serviço, paga pelos contribuintes portugueses, para se deslocar de casa para o local de trabalho (entre Santarém e Vila Franca de Xira, se a memória não me atraiçoar), fazendo a mesma viatura falta no dito local para que outros cidadãos (de categoria inferior, com certeza) se deslocassem em serviço. Afinal há dinheiro para patrocinar deslocações ou segundas habitações quando necessárias, mas só para alguns! Gostava de ver muito bem explicado o que já fizeram de mais importante pelo bem do país todos esses cidadãos, a mais do que qualquer Professor. Senhor Presidente peça ao Ministério da Educação para enviar outro sinal de boa-fé para interior das escolas esclarecendo esta situação. Por favor, esclareçam se os Professores se vão deslocar de Uber, Táxi, no seu carro mediante um pagamento e qual o valor desse pagamento e como vão ser compensadas as horas que são gastas em deslocações. Se essas horas forem para descontar na componente de trabalho individual, já por si tão escassa para quem tem aulas, testes, trabalhos para preparar e corrigir, fazer formação obrigatória, pensar nos muitos projetos que andam pelas escolas, preencher grelhas, assistir a reuniões de conselho de turma, de grupo disciplinar, de departamento, de diretores de turma, de conselho pedagógico, de preparação/monitorização de projetos (PES, UBUNTU, MAIA, entre muitos outros), preparar relatórios para a CPCJ e outras entidades externas à escola que solicitam a nossa colaboração, atender encarregados de educação, ... Das duas uma, ou o nosso dia passa a ter 48 horas, por milagre, ou temos de deixar algumas tarefas por executar. Recordo que não é nossa obrigação trabalhar aos fins-de-semana, feriados e madrugada dentro para ter o trabalho organizado e dar resposta a todas as solicitações em tempo útil. Senhor Presidente, esta é outra medida que não implica o desequilíbrio das contas públicas mas necessita, urgentemente, de esclarecimento.

Falo, por fim, das Quotas de acesso aos 5º e 7º escalões e do Tempo de Serviço que nos é devido. O Ministério da Educação e/ou Governo anunciaram um aumento do número de vagas para acesso a estes escalões. Os sindicatos logo esclareceram que não houve aumento nenhum porque aquilo que foi feito foi a soma da percentagem de vagas que já existia com a percentagem da menção de “Muito Bom” e “Excelente”, na ADD, que nos permitem avançar diretamente para esses escalões sem passar pela lista sujeita a quotas. É necessário esclarecer e escrever que além da percentagem de docentes bafejados pela sorte da menção de “Muito Bom” e “Excelente”, na ADD, dos restantes, 75% progridem ao 5º escalão e 58% progridem ao 7º escalão. Não progridem ao 5º escalão apenas 75% dos professores em condições para tal, pois não? Progridem 75% daqueles que tiveram Bom na sua avaliação até porque muitos deles tiveram avaliação superior que depois foi diminuída por falta de quotas. Além desses 75% progridem automaticamente os docentes que obtiverem Muito Bom ou Excelente, ou seja, a percentagem de progressões, no total, é superior aos 75% e 58% acima referidos. É isto, ou há neste aumento percentual de vagas alguma inverdade?

Relativamente, ao Tempo de Serviço a recuperar que seja aberta a possibilidade de uma negociação suplementar para um plano de recuperação faseada. Recuperar a totalidade do Tempo de Serviço custaria aos cofres do Governo 331 milhões de euros segundo as últimas contas apresentadas pelo Ministério das Finanças. Com a TAP, já foram gastos 4400 milhões de euros. Os valores gastos com injeções na Banca, as indemnizações milionárias já efetuadas e aquelas que se vão efetuar porque quem nos Governa “é Pessoa de bem e cumpre com aquilo que estava acordado”, os muitos casos de corrupção nas autarquias e os que envolvem vários membros do atual Governo, que se viram obrigados a apresentar demissão, chegam a ser obscenos para um país em que o salário mínimo é de 765 euros desde Janeiro de 2023. A minha questão é. Qual o valor de dar aos professores 1 ano desse tempo congelado e combinar um plano de recuperação faseada? Tem impacto orçamental? Claro que sim, mas comparando com os exemplos acima descritos, é um esforço perfeitamente exequível. Acrescento que este seria outro sinal de boa-fé, com impacto financeiro reduzido, dado o esbanjar que se observa nos últimos tempos, neste país à beira-mar plantado. E os Professores merecem, isto também deve ser dito, sem rodeios!

Por último, Senhor Presidente, a opinião pública não se está a virar contra nós, ainda que alguns se esforcem todos os dias para que isso aconteça. Basta ver debates

televisivos e perceber como se corta a palavra às vozes que representam os Professores, principalmente quando tocam em assuntos/reivindicações que não se relacionam com dinheiro. Se há Confederações que se mostram contra os professores (ainda que depois tentassem dar o dito pelo não dito), muitas associações de pais por esse país fora se mostraram solidárias e a lutar ao lado dos Professores, mas a esses foi dado pouco tempo de antena. A Associação de Oficiais das Forças Armadas já emitiu dois comunicados de apoio à luta de professores e esteve presente na Manifestação de dia 11 de Fevereiro. Tomo ainda a liberdade de lhe enviar em anexo a foto de uma Senhora que, não sendo Professora, tem marcado presença nas Manifestações realizadas em Lisboa, sempre com palavras de incentivo e apoio. Muitos artistas têm, nas suas atuações, manifestado apreço e apoio à luta dos professores. Muitos rostos anónimos e menos anónimos têm marcado posição ao lado dos Professores. Senhor Presidente, a diferença está no tempo de antena que se dá a cada situação conforme os interesses, mas a opinião pública não está contra nós. Nesta perca de carinho da opinião pública, uma coisa é certa, o atual Governo tem perdido popularidade a cada dia que passa, como mostram as sondagens. O descontentamento é geral. Eu também não desejo uma crise política e tenho a certeza que os meus colegas de Profissão também não, mas a que ponto de descontentamento é preciso chegar, para que algo de positivo aconteça? A estratégia é espezinhar cada vez mais e mais? Há reivindicações que não dependem de dinheiro, dependem do respeito e empatia que se tem por esta classe profissional, dependem da vontade política, só isso. O Ensino e os seus profissionais, sendo a base de uma Sociedade Desenvolvida, têm sido colocados num patamar de 2ª categoria por sucessivos governos, pelo menos, desde que estou a lecionar. Cada um que vem tenta fazer diferente, mas nunca para melhor! O que se pretende? Mandar embora os que ainda restam e contratar qualquer um para desempenhar a profissão docente por salários ainda mais baixos? Estamos a assistir a um braço de ferro e está na hora daqueles que nos governam perceberem que os Professores não vão concordar com uma proposta que lhes é desfavorável em todos os aspetos e que ninguém percebe em que medida vai favorecer as escolas e os alunos.

Senhor Presidente peço-lhe que interfira e que ajude o Senhor Ministro da Educação e restante Governo a refletir sobre todo o imbróglio que está criado e na forma como o mesmo se vai resolver, para evitar ver os professores na rua, em número sempre crescente e cada vez com mais apoiantes, todos os sábados até final de ano e quem sabe

nos próximos anos. A nossa luta já chegou à imprensa internacional e colhe simpatia por esses países fora!

As minhas cordiais saudações!